

## DECRETO N.º 847

Regulamenta o funcionamento do Conselho do Plano Diretor, criado pela Lei n.º 1.413, de 11 de junho de 1955.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo art. 20, § 3.º da Lei n.º 1.413, de 11 de junho de 1955.

### DECRETA :

Art. 1.º — O Conselho do Plano Diretor (CPD) com as atribuições enumeradas no art. 19 e na forma do art. 20 da Lei n.º 1.413, de 11 de junho de 1955, será constituído dos seguintes membros:

I — 4 (quatro) membros natos, a saber:

- a) o Assessor Engenheiro;
- b) o chefe do Departamento de Obras;
- c) o chefe do Departamento de Água e Esgotos;
- d) o chefe do Departamento da Fazenda.

II — 2 (dois) funcionários municipais, de livre escolha do Prefeito;

III — 1 (um) representante de cada uma das seguintes repartições ou entidades:

- a) Sociedade de Engenharia;
- b) Instituto dos Arquitetos do Brasil, secção do Rio Grande do Sul;
- c) Departamento Estadual de Estatística (1 técnico);
- d) Sociedade de Agronomia;

e) Departamento de Engenharia Sanitária do Departamento Estadual de Saúde.

§ 1.º — Enquanto não estiver implantada a reorganização que trata a Lei n.º 1.143, de 11 de junho de 1955, serão membros natos:

- a) o Diretor Geral de Obras e Viação;
- b) o Diretor Geral dos Serviços Industriais;
- c) o Diretor Geral de Administração e Contrôlo;
- d) um engenheiro, servidor municipal, de livre escolha do Prefeito.

§ 2.º — Os representantes citados no inciso III serão indicados pelas entidades ali referidas, juntamente com seus suplentes.

§ 3.º — Os membros mencionados nos incisos II e III serão substituídos ou reconduzidos de 2 em 2 anos, por ato do Prefeito.

Art. 2.º — O CPD reunir-se-á pelo menos duas (2) vezes por mês.

Parágrafo único — Na primeira reunião de cada biênio será eleito seu Presidente, nos termos do art. 20, § 1.º, da Lei 1.413.

Art. 3.º — O Secretário-Executivo do CPD é o Chefe da Divisão de Urbanismo, centralizando-se nesse órgão os trabalhos do CPD.

Parágrafo único — Enquanto não estiver implantada a reorganização neste setor, será Secretário-Executivo do CPD o titular da Subdiretoria Geral do Urbanismo, a qual centralizará os trabalhos do CPD.

Art. 4.º — A assistência jurídica caberá ao Assessor Jurídico do Prefeito.

Parágrafo único — Enquanto não estiver implantada a reorganização dos serviços municipais, caberá ao Diretor da Procuradoria Municipal assessorar juridicamente o CPD.

Art. 5.º — O CPD será assessorado:

I — pelas entidades classistas; não incluídas nos inciso III do art. 1.º, as quais poderão colaborar na solução dos assuntos que lhes forem apresentados pelo Presidente do CPD;

II — pelas seguintes entidades públicas:

- a) Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem;
- b) Viação Férrea do Rio Grande do Sul;
- c) Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais;
- d) Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

III — por todos os órgãos municipais.

Art. 6.º — O desempenho da função de membro e de assessor do CPD é gratuito e considerado de relevância para o Município.

Art. 7.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre, 3 de agosto de 1955.

**Manoel Vargas**  
Prefeito

---